

INST.FED.DO CEARA/CAMPUS ACARAU

Estudo Técnico Preliminar 7/2026

1. Informações Básicas

Número do processo: 23812.002830/2025-89

2. Descrição da necessidade

2.1. A presente contratação, a ser realizada por meio de Pregão Eletrônico, tem por objeto a prestação de serviços de Tradutores e Intérpretes da Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS, com dedicação de postos de trabalho, visando assegurar a acessibilidade comunicacional, o atendimento educacional especializado e a permanência de estudantes surdos nos campi do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE).

2.2. A necessidade da contratação fundamenta-se nos princípios constitucionais da igualdade de condições de acesso e permanência na educação, bem como no cumprimento da legislação vigente, em especial a Lei nº 10.436/2002, o Decreto nº 5.626/2005 e a Lei nº 13.146/2015 (Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência), que impõem às instituições federais de ensino o dever de garantir recursos de acessibilidade, incluindo a disponibilização de tradutores e intérpretes de LIBRAS sempre que houver estudantes surdos matriculados.

2.3. No âmbito do IFCE, observa-se o aumento contínuo da demanda por atendimento educacional especializado, especialmente em razão dos processos seletivos de ingresso de novos alunos, realizados semestralmente. Tal crescimento não tem sido acompanhado pela ampliação proporcional do quadro de servidores efetivos tradutores e intérpretes de LIBRAS, o qual se mostra insuficiente para atender, de forma plena e contínua, às necessidades e futuras dos campi.

2.4. Cumpre destacar que, a Constituição Federal, por meio do Art. 208, estabelece que é dever do Estado garantir atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino.

2.5. Para os câmpus Camocim e Itapipoca, além dos 2 (dois) postos de contratação imediata, serão previstos a possibilidade de contratação de mais 2 (dois) postos por meio do Sistema de Registro de Preços, já para o câmpus Acaraú, considerando que já dispõe de 1 (um) profissional e que há a possibilidade de contratação adicional em razão de Ata de Registro de Preços vigente da qual é participante, será prevista a contratação imediata de 1 (um) posto, bem como a possibilidade de contratação de mais 1 (um) posto adicional por meio do Sistema de Registro de Preços. Esses quantitativos foram mensurados considerando que, a cada processo de ingresso, percebe-se o aumento da demanda por atendimento educacional especializado, aliado à limitação do quadro de servidores efetivos disponíveis para a execução desse tipo de serviço.

2.6. Dessa forma, a contratação pretendida contempla um total de 5 (cinco) postos imediatos de Tradutor e Intérprete de LIBRAS, distribuídos entre os campi Itapipoca, Acaraú e Camocim, com possibilidade de ampliação mediante quantitativos máximos registrados em Sistema de Registro de Preços. Essa contratação é imprescindível para garantir a continuidade das atividades acadêmicas, o cumprimento das normas de acessibilidade e a efetivação da política institucional de inclusão, razão pela qual a adoção do Pregão Eletrônico mostra-se adequada, nos termos da legislação aplicável às contratações públicas.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
DE-ITA	Miliany Michelly Barreto de Souza

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

Requisitos de Sustentabilidade:

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis e no Plano de Logística Sustentável 2024-2028 do IFCE, na medida que a presente contratação visa suprir uma necessidade de inclusão social:

4.1.1. Como critério de desempate, conforme previsão no item 7.23.3.1 do Edital, O licitante deverá prover o percentual mínimo de 8% do total de cargos da licitação de mão de obra constituída por mulheres vítimas de violência doméstica, conforme previsão do Decreto nº 11.430, de 8 de março de 2023;

4.1.2. Promoção da acessibilidade e da inclusão educacional: a contratação de tradutor e intérprete de Libras contribui diretamente para a eliminação de barreiras comunicacionais, garantindo o pleno acesso de pessoas surdas ao processo de ensino-aprendizagem, em conformidade com a Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015), especialmente em seus arts. 3º, 28 e 30, que tratam do direito à educação inclusiva e da acessibilidade comunicacional.

4.1.3. Efetivação do direito constitucional à educação: a contratação assegura condições equitativas de participação acadêmica, promovendo justiça social e igualdade de oportunidades, em consonância com o art. 205 da Constituição Federal.

4.1.4. Valorização profissional e geração de trabalho decente: a contratação formal de profissional qualificado fomenta o mercado de trabalho especializado, em alinhamento aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU, especialmente o ODS 8 (Trabalho decente e crescimento econômico) e o ODS 10 (Redução das desigualdades).

4.1.5. Cumprimento da política nacional de acessibilidade linguística: a medida observa o Decreto nº 5.626/2005, que regulamenta a Lei nº 10.436/2002, dispondo sobre o uso e a difusão da Libras e a obrigatoriedade de profissionais intérpretes em instituições de ensino.

4.1.6. Alinhamento ao Guia Nacional de Contratações Sustentáveis: a contratação atende ao eixo social da sustentabilidade previsto no Guia do Ministério da Gestão e da Inovação, que recomenda priorizar ações que promovam inclusão, equidade e desenvolvimento humano nas contratações públicas.

4.1.7. Convergência com o Plano de Logística Sustentável do IFCE (2024–2028): a iniciativa contribui para os objetivos estratégicos institucionais voltados à inclusão social, acessibilidade e permanência estudantil, reforçando o compromisso do IFCE com práticas administrativas sustentáveis no eixo social.

4.2. Os profissionais que irão compor a força de trabalho da contratação em questão, deverão ser rigorosamente selecionados e contratados pela CONTRATADA, a qual ficará, para todos os efeitos legais e administrativos, responsável perante o CONTRATANTE e terceiros, pelos atos por eles praticados no desempenho de suas funções.

5. Levantamento de Mercado

5.1 Diante da necessidade exposta no item 2 deste Estudo Preliminar, pontua-se que o IFCE disporia hoje, de três soluções distintas de atendimento da demanda de oferta de profissionais especializados para atendimento à pessoa com deficiência:

5.1.1 Solução 1: Contratação de servidores efetivos do Plano de Cargos e Carreiras dos Técnicos Administrativos em Educação (PCCTAE), por meio de concurso público;

5.1.2 Solução 2: Contratação temporária por necessidade excepcional de interesse público, de que trata o Inciso XII do Art. 2º da Lei 8.745 de 9 de dezembro de 1993, por meio de processo seletivo simplificado;

5.1.3 Solução 3: Execução indireta de que trata o Decreto 9.507 de 21 de setembro de 2018, combinado com incisos XXVI, XXXI e com o Parágrafo Único do Art. 1º da Portaria 443/MPDG de 27 de dezembro de 2018.

5.2 Acerca da possibilidade apresentada da solução 1, observa-se que por força do Decreto 10.185 de 20 de dezembro de 2019, fora vedada a abertura de concurso e provimento de vagas adicionais além das previstas em edital dos cargos de Revisor de Textos Braille, Tradutor Intérprete de Linguagem de Sinais, Transcritor de Sistema Braille, entre diversos outros do PCCTAE. Da mesma forma, por força do Decreto 9.262 de 9 de janeiro de 2018, o cargo de Auxiliar em Assuntos Educacionais, bem como o de Tradutor Intérprete também tiveram provimento e abertura de concurso vedados.

5.3 Acerca da possibilidade apresentada na solução 2, cumpre inicialmente esclarecer que esta modalidade de contratação não tem sido vista pelo Ministério da Educação como a mais adequada para atender a estas demandas. Este fato pode ser evidenciado ao analisar, por exemplo, as seguintes publicações oficiais:

5.3.1 Portaria Interministerial ME/MEC nº 2.763, de 30 de janeiro de 2020, que autorizou a contratação de 16 profissionais de nível superior especializado pelo Instituto Federal de Brasília, somente devido à necessidade de cumprimento a decisão judicial identificada pelo Processo 1013901-08.2018.4.01.3400;

5.3.2 Portaria Interministerial ME/MEC nº 15.461, de 30 de junho de 2020, que autorizou a contratação de 2 profissionais de nível superior especializado pelo Instituto Federal do Triângulo Mineiro, somente devido à necessidade de cumprimento a decisão judicial identificada pelo Processo 1000175-82.2020.4.01.3824;

5.3.3 A ausência de posicionamento dos Ministérios da Economia e da Educação sobre a reedição da Portaria Interministerial MPDG/MEC 102 de 20 de abril de 2017, que à época, autorizava a contratação de intérpretes por até um ano, prorrogável até o limite máximo de dois anos, com fundamento na Lei 8.745/1993;

5.4. Desta forma, é possível concluir que os próprios Ministérios da Economia e da Educação têm criado mecanismos que impossibilitam a contratação de profissionais especializados para atendimento à pessoa com deficiência com fundamento no Inciso XII do Art. 2º da Lei 8.745/1993, e que esta modalidade de contratação, desde 2020, só tem sido viabilizada por meio de ações judiciais impetradas pelos estudantes.

5.5. Acerca da possibilidade apresentada na solução 3, pontuamos inicialmente que, conforme já apresentado, os Decretos 9.262/2018 e 10.185/2019 promoveram a suspensão de provimento e abertura de concursos públicos para os cargos listados no item 5.2 do presente estudo preliminar. Dessa forma, apesar de os decretos não promoverem a extinção do cargo, já condicionam os mesmos à futura extinção.

5.6. Neste contexto, o Decreto 9.507 de 21 de setembro de 2018, estabelece em seu Art. 3º que:

Art. 3º Não serão objeto de execução indireta na administração pública federal direta, autárquica e fundacional, os serviços:

I - que envolvam a tomada de decisão ou posicionamento institucional nas áreas de planejamento, coordenação, supervisão e controle;

II - que sejam considerados estratégicos para o órgão ou a entidade, cuja terceirização possa colocar em risco o controle de processos e de conhecimentos e tecnologias;

III - que estejam relacionados ao poder de polícia, de regulação, de outorga de serviços públicos e de aplicação de sanção; e

IV - que sejam inerentes às categorias funcionais abrangidas pelo plano de cargos do órgão ou da entidade, exceto disposição legal em contrário ou quando se tratar de cargo extinto, total ou parcialmente, no âmbito do quadro geral de pessoal.

§ 1º Os serviços auxiliares, instrumentais ou acessórios de que tratam os incisos do caput poderão ser executados de forma indireta, vedada a transferência de responsabilidade para a realização de atos administrativos ou a tomada de decisão para o contratado.

§ 2º Os serviços auxiliares, instrumentais ou acessórios de fiscalização e consentimento relacionados ao exercício do poder de polícia não serão objeto de execução indireta.

5.7. De forma complementar, a Portaria 443/MPDG de 27 de dezembro de 2018, que estabelece os serviços que serão preferencialmente objeto de execução indireta, em atendimento ao disposto no art. 2º do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, regulamenta que:

Art. 1º No âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, serão preferencialmente objeto de execução indireta, dentre outros, os seguintes serviços:

...

XXVI - tradução, inclusive tradução e interpretação de Língua Brasileira de Sinais (Libras);

...

XXXI - monitoria de inclusão e acessibilidade;

...

Parágrafo único. Outras atividades que não estejam contempladas na presente lista poderão ser passíveis de execução indireta, desde que atendidas as vedações constantes no Decreto nº 9.507, de 2018.

5.8. Adicionalmente, a Instrução Normativa nº 5/MPDG de 26 de maio de 2017, estabelece que:

Art. 7º Nos termos da legislação, serão objeto de execução indireta as atividades previstas em Decreto que regulamenta a matéria.

§ 1º A Administração poderá contratar, mediante terceirização, as atividades dos cargos extintos ou em extinção, tais como os elencados na Lei nº 9.632, de 7 de maio de 1998.

§ 2º As funções elencadas nas contratações de prestação de serviços deverão observar a nomenclatura estabelecida na Classificação Brasileira de Ocupações (CBO), do Ministério do Trabalho, ou outra que vier a substituí-la.

5.9. Cumpre ainda esclarecer que esta modalidade tem sido frequentemente adotada pelos órgãos e entidades da administração pública federal e autárquica. A seguir, listam-se alguns processos licitatórios disponíveis no módulo de consulta do Portal de Compras do Governo Federal, cujo objeto era a contratação de Tradutor/Intérprete de Libras, CBO 2614-25, bem como de outros profissionais para atendimento educacional especializado:

5.9.1 Pregão Eletrônico nº 23/2019 da UASG 158141 (Instituto Federal do Rio Grande do Sul), com o objeto "Contratação de Pessoa Jurídica para a Prestação de Serviços de Tradutor/Intérprete de Libras para o IFRS";

5.9.2 Pregão Eletrônico nº 1.714/2021 da UASG 158154 (Instituto Federal de São Paulo), com o objeto "Contratação de pessoa jurídica especializada na prestação de serviços de Tradutor e Intérprete de Libras para o Campus Campinas";

- 5.9.3 Pregão Eletrônico nº 2/2020 da UASG 155081 (Instituto Federal Farroupilha), com o objeto "Contratação de Pessoa Jurídica Especializada na Prestação de Serviços de Tradutor/Intérprete de Libras";
- 5.9.4 Pregão Eletrônico nº 4/2020 da UASG 150148 (Universidade Tecnológica Federal do Paraná), com o objeto "registro de preços para a futura e eventual contratação de empresa especializada na prestação de serviços terceirizados de natureza contínua de Tradutor e Interpret de Libras da UTFPR Câmpus Londrina na modalidade SRP";
- 5.9.5 Pregão Eletrônico nº 37/2020 da UASG 154047 (Universidade Federal de Pelotas), com o objeto "Contratação de empresa especializada para prestação de serviços continuados de promoção à acessibilidade e inclusão, contemplando os cargos de tradutor intérprete de libras e psicopedagogo com dedicação exclusiva de mão de obra";
- 5.9.6 Pregão Eletrônico nº 11/2020 da UASG 153030 (Universidade Federal de Itajubá), com o objeto "Registro de Preços para contratação de pessoa jurídica, especializada em serviços de tradução e interpretação de Libras para os campi da UNIFEI-Itajubá/Itabira - ano 2020";
- 5.9.7 Pregão Eletrônico nº 3/2020 da UASG 158398 (Instituto Federal do Paraná - campus Paranavaí), com o objeto "Contratação de empresa especializada na prestação de serviços terceirizados de apoio às atividades operacionais para prestação de serviços de natureza contínua de Cuidador em Saúde, CBO 5162-20;
- 5.9.8 Pregão Eletrônico nº 90011/2025 da UASG 158565 (Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – UNILAB), com o objeto “contratação de serviços contínuos de tradução/interpretação simultânea de língua brasileira de sinais - libras/português (TILS), a serem executados com regime de dedicação exclusiva de mão de obra”

5.10. Ressalta-se ainda que será vedado em Edital a participação na licitação de cooperativa de trabalho, por se tratar de serviço com dedicação exclusiva de mão de obra (Termo de Conciliação Judicial homologado pela Justiça do Trabalho nos autos da ação civil pública nº 01082-2002-020-10-00-0, firmado entre o Ministério Público do Trabalho e a União; PARECER n. 002/2023/DECOR/CGU/AGU, aprovado pelo DESPACHO DE APROVAÇÃO n. 00006/2023/SGPP/CGU/AGU - NUP 00688.001058/2022-11, sequencial 27-30).

5.11. Por fim, destacamos que o Ministério da Economia, em 23 de abril de 2021, abriu Consulta Pública no sentido de analisar a possibilidade de contratação centralizada de serviços de acessibilidade. Observa-se no Estudo Técnico Preliminar 4/2021/SG/SE, que está sendo desenvolvida a contratação de profissionais Tradutor/intérprete de Língua Brasileira de Sinais (CBO 2614-25), Guia intérprete (CBO 2614-25) e Audiodescritor (CBO 2614-30), restando demonstrado que esta modalidade de contratação vem sendo a mais frequentemente adotada pela administração pública federal e autárquica para viabilizar o atendimento às pessoas com deficiência.

6. Descrição da solução como um todo

6.1 A opção escolhida como a mais viável e possível, para o momento, é a contratação de empresa especializada para prestação de serviços continuados de promoção à acessibilidade e inclusão, contemplando os cargos e quantidades descritos na tabela a seguir:

Item	Descrição	Local da Prestação do Serviço	Unidade de medida
1	Contratação de profissional para Tradução/Interpretação de Língua Brasileira de Sinais (CBO 2614-25), com carga horária de 30h semanais.	Acaraú	Posto
2	Contratação de profissional para Tradução/Interpretação de Língua Brasileira de Sinais (CBO 2614-25), com carga horária de 30h semanais.	Camocim	Posto
3	Contratação de profissional para Tradução/Interpretação de Língua Brasileira de Sinais (CBO 2614-25), com carga horária de 30h semanais.	Itapipoca	Posto

6.2 Vale ressaltar, porém, que a terceirização dos referidos serviços NÃO é o meio mais adequado para atingirmos a meta desejada, pois tais serviços necessitam ser inclusos em processos seletivos de caráter efetivo, para que o atendimento às pessoas com deficiência do Instituto seja uma realidade permanente na instituição. Mas, enquanto isto não é possível, os serviços terceirizados são uma forma de atendimento aos princípios da economicidade e eficiência, com um elevado padrão na satisfação do interesse público, visto que a prática dos profissionais contratados será acompanhada criteriosamente, assim como a dos servidores efetivos no exercício de suas funções públicas;

6.3 Os profissionais prestarão os serviços por posto de 30 horas, conforme demanda específica de *campus*. O detalhamento das horas de serviço será especificado no Termo de referência.

6.4 Conforme disposto na Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 05/2017, Anexo V-B, o Instrumento de Medição de Resultados (IMR) será utilizado como mecanismo para definição, em bases compreensíveis, tangíveis, objetivamente observáveis e comprováveis, dos níveis esperados de qualidade da prestação do serviço.

6.5 A fiscalização técnica do Contrato, designada por meio de Portaria, será responsável pela avaliação constante da execução do objeto, utilizando o IMR e redimensionando o pagamento com base nos indicadores estabelecidos, se for o caso.

6.6 Por fim, destacamos que o Instrumento de Medição de Resultados será parte integrante do Termo de Referência.

6.7 Da Vigência Contratual

6.7.1 Inicialmente destacamos a definição de serviços contínuos, conforme o art. 15 da IN 05/2017 SEGES, in verbis:

Art. 15. Os serviços prestados de forma contínua são aqueles que, pela sua essencialidade, visam atender à necessidade pública de forma permanente e contínua, por mais de um exercício financeiro, assegurando a integridade do patrimônio público ou o funcionamento das atividades finalísticas do órgão ou entidade, de modo que sua interrupção possa comprometer a prestação de um serviço público ou o cumprimento da missão institucional.

6.7.2 Diante da definição exposta, concluímos que a contratação dos profissionais elencados no item **6.1** deve ser realizada como serviço contínuo, pois, como se trata de acessibilidade prevista na LBI, Lei nº 13.146/15, a inexistência de pessoal, neste momento de forma terceirizada, certamente causará prejuízo no desempenho das atividades que constituem os objetivos, funções e a missão da instituição, e, além disso, como consequência viria ocasionar prejuízos e sanções à Administração no concernente ao descumprimento legal das demandas de acessibilidade pedagógica e inclusão.

6.7.3 Por fim, ressaltamos que o prazo de vigência do contrato a ser firmado deverá ser de 12 (doze) meses, a contar da sua assinatura ou outra data convencionada, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos até o limite de 10 (dez) anos, por interesse das partes, conforme art. 107 da Lei nº 14.133/2021.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

7.1. A estimativa das quantidades para a contratação de serviços de Tradutor e Intérprete de Libras (CBO 2614-25) foi elaborada em conformidade com o art. 18, § 1º, VI da Lei nº 14.133 e com o art. 9º, inciso V, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 58, considerando o consumo e a utilização prováveis, mediante metodologia fundamentada em dados institucionais concretos e projeções técnicas justificáveis.

7.2. Base fática e metodológica:

7.2.1. **Embora não haja histórico contratual anterior** específico para o objeto nos campi envolvidos, a estimativa foi estruturada com base em:

7.2.1.1 Resultado recente de processo seletivo para contratação de professor que demandará atuação de tradutor-intérprete de Libras nas etapas presenciais (provas didáticas, entrevistas e demais atos públicos);

7.2.1.2 Previsão de novos processos seletivos discentes semestrais;

7.2.1.3 Existência e tendência de aumento de estudantes surdos matriculados ou com expectativa de matrícula;

7.2.1.4 Crescente judicialização das demandas de acessibilidade quando não atendidas tempestivamente;

7.2.1.5 Obrigação legal de garantia de acessibilidade comunicacional permanente.

7.2.1.6 Conforme Lei nº 12.319, de 1º de setembro de 2010, e boas práticas de interpretação simultânea e parâmetros técnicos adotados nacionalmente para tradução/interpretação de Libras, quando a atividade ultrapassa 1 (uma) hora ininterrupta, é necessário o revezamento entre profissionais, a fim de preservar a qualidade da comunicação, a integridade cognitiva do intérprete e a fidelidade da interpretação. **Assim, para eventos contínuos com duração superior a 1 hora (como provas didáticas de professores, aulas, seminários e processos seletivos), a presença de pelo menos dois profissionais por turno torna-se medida técnica adequada.**

7.3 Do Registro de Preços e previsão de ampliação

7.3.1 Para os campi Camocim e Itapipoca, além dos 2 (dois) postos de contratação imediata, serão previstos a possibilidade de contratação de mais 2 (dois) postos por meio do Sistema de Registro de Preços.

7.3.2 Para o câmpus Acaraú, considerando que já dispõe de 1 (um) profissional e que há a possibilidade de contratação adicional em razão de Ata de Registro de Preços vigente da qual é participante, será prevista a contratação imediata de 1 (um) posto, bem como a possibilidade de contratação de mais 1 (um) posto adicional por meio do Sistema de Registro de Preços.

7.3.3 Os quantitativos acima observarão as seguintes finalidades:

7.3.3.1 Evitar nova licitação em curto prazo diante do aumento progressivo da demanda por acessibilidade;

7.3.3.2 Permitir ampliação célere caso o número de estudantes surdos matriculados cresça;;

7.3.3.3 Atender eventual ampliação de carga horária decorrente de novos cursos ou turmas;;

7.3.3.4 Reduzir risco de judicialização por ausência de atendimento imediato;

7.3.4 A consolidação dos quantitativos em procedimento único utilizando-se do Sistema de registro de preços gera economia de escala, padronização contratual e redução de custos administrativos.

7.3.5 Ressalta-se que o registro não implica contratação obrigatória integral, mas mera expectativa de fornecimento, resguardando a Administração de gastos excessivos e garantindo flexibilidade gerencial.

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 962.764,80

5.1 O preço estimado da contratação é de R\$ 962.764,80 (novecentos e sessenta e dois mil setecentos e sessenta e quatro reais e oitenta centavos), conforme memória de cálculo abaixo:

5.1.1 Item 1 - IFCE Acaraú: Contratação imediata de 1 posto no valor anual de R\$ 96.276,48 com possibilidade de contratação futura de mais 1 posto no Sistema de Registro de Preços, totalizando R\$ 192.552,96;

5.1.2 Item 2 - IFCE Camocim: Contratação imediata de 2 postos no valor anual de R\$ 192.552,96 com possibilidade de contratação futura de mais 2 postos no Sistema de Registro de Preços, totalizando R\$ 385.105,92

5.1.3 Item 3 - IFCE Itapipoca: Contratação imediata de 2 postos no valor anual de R\$ 192.552,96 com possibilidade de contratação futura de mais 2 postos no Sistema de Registro de Preços, totalizando R\$ 385.105,92

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

9.1 O parcelamento da solução é a regra devendo a licitação ser realizada por item, sempre que o objeto for divisível, desde que se verifique não haver prejuízo para o conjunto da solução ou perda de economia de escala, visando propiciar a ampla participação de licitantes, que embora não disponham de capacidade para execução da totalidade do objeto, possam fazê-lo com relação a itens ou unidades autônomas.

9.2 Dessa forma, considerando os elementos já apresentados no presente estudo preliminar, optou-se pelo parcelamento do objeto em itens, em atendimento a legislação e jurisprudência e sem afetar o objetivo final da contratação.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

10.1 A contratação proposta não enseja, neste primeiro momento, a necessidade de contratação de produtos ou serviços adicionais.

10.2 No entanto, importa destacar a necessidade de previsão no Termo de Referência sobre a obrigatoriedade de que a contratada proporcione a aquisição de materiais e/ou serviços necessários à execução do objeto.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

11.1 A demanda encontra-se devidamente registrada no Sistema de Planejamento e Gerenciamento de Contratações (PGC) 2026, em conformidade com o planejamento anual das unidades, conforme demonstrado no Extrato PCA 2026 - Itapipoca (8399864), Extrato PCA 2026 - Acaraú (8376818) e Extrato PCA 2026 - Camocim (8376466).

11.2 Ademais, o Plano de Desenvolvimento Institucional do IFCE 2024–2028 estabelece, como plano de ação, a diretriz de “Promover ambientes e estruturas que sejam acessíveis e seguros para todas as pessoas”, onde a instituição busca alinhar suas ações logísticas com critérios que consideram não apenas os aspectos financeiros, mas também os impactos ambientais e sociais. Dessa forma, a finalidade é promover a eficiência econômica ao mesmo tempo que se compromete com a preservação ambiental, inclusão social e práticas éticas.

11.3 Nesse contexto, a presente contratação contribui diretamente para a execução da diretriz estratégica do PDI “D7 - Ampliar a acessibilidade à pessoa com deficiência em todas as dependências e serviços das edificações públicas.”, fortalecendo o cumprimento das normas de acessibilidade vigentes e assegurando condições adequadas de utilização dos espaços institucionais, a qual prevê que “ampliar a acessibilidade em instalações públicas demonstra compromisso com a inclusão, atendendo a normas vigentes e garantindo o acesso a todos.”

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

12.1 Com a contratação espera-se que seja efetivada, no âmbito do IFCE, uma educação acessível a todos, conforme preconiza a Constituição Federal de 1988 e as demais legislações referentes à acessibilidade e inclusão dos alunos com necessidades específicas.

12.2 Ainda, após a execução dos serviços, almeja-se a adequação das condições de aprendizagem dos discentes do IFCE que possuem algum tipo de deficiência, ampliando assim a probabilidade de sua permanência na instituição e consequentemente a conclusão do curso.

12.3 Promoverá, ainda, o fortalecimento da estrutura para o acolhimento de qualidade a essas demandas específicas e possibilitará a ampliação da atuação dos NAPNEs na elaboração de atividades/projetos que promovam o desenvolvimento escolar desses estudantes.

12.4 Por fim, consolidará a imagem institucional de responsabilidade social e evitará os processos judiciais frente a demandas específicas não atendidas.

13. Providências a serem Adotadas

13.1 Viabilizar a capacitação de servidores para a gestão e fiscalização contratual.

14. Possíveis Impactos Ambientais

14.1 Deverão ser adotadas, na execução dos serviços, boas práticas de sustentabilidade ambiental, de otimização de recursos, de redução de desperdícios e de redução da poluição, conforme disposto no art. 5º da Lei nº 14.133/2021 e regulamentado pelo Decreto nº 7.746/2012.

14.2 Os serviços prestados deverão, dentre outros, observar:

14.2.1 Respeito às leis ambientais;

14.2.2 Adotar práticas de sustentabilidade, a fim de atender às diretrizes de responsabilidade ambiental;

14.2.3 Uso de materiais recicláveis (quando possível);

14.2.4 Uso racional de recursos e equipamentos, de forma a evitar e prevenir o desperdício de insumos e materiais consumidos;

14.2.5 Descarte adequado de resíduos;

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável com restrições** esta contratação com base neste Estudo Técnico Preliminar.

15.1. Justificativa da Viabilidade com Restrições

A Equipe de Planejamento da Contratação, identificada abaixo, concluiu pela viabilidade e necessidade da futura contratação, pelos fundamentos expostos ao longo deste Estudo Técnico Preliminar, o qual servirá de base para a elaboração do Termo de Referência e do Edital do processo licitatório a ser instaurado, visando ao cumprimento da missão institucional da Autarquia Federal.

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

MILIANY MICHELLY BARRETO DE SOUZA

Membro da comissão de contratação

RITA MONICA DIAS CAMPOS

Membro da comissão de contratação

ELIARDO ARAUJO DE SOUSA

Membro da comissão de contratação



Assinou eletronicamente em 23/03/2026 às 14:39:41.